

ESPECIAL

Arrependidos tentam recuperação

Se novas famílias se constroem com ação do Ministério Público e da Justiça, outras se desfazem. Alguns parentes das crianças adotadas se ressentem de ter perdido a guarda dos pequenos e acreditam que mereciam uma nova chance.

Entretanto, poucas dessas mães largaram das drogas e muitos núcleos familiares permanecem desestruturados, um sinal de que as ações se mostraram acertadas na maioria das vezes.

Das 60 mulheres que perderam a tutela dos filhos nos últimos três anos, o MP só sabe o paradeiro de algumas. As outras se mudaram de Farroupilha ou continuam em ende-

reços incertos em Farroupilha. A situação de uma mãe do bairro Industrial é emblemática. Seus seis filhos foram encaminhados para novas famílias. Ela passou por inúmeros tratamentos de reabilitação contra o crack, mas continua perambulando em busca de drogas pelas ruas.

Em outro caso, uma avó de 38 anos tenta reaver judicialmente a neta. A destituição aconteceu em 2010, quando o Ministério Público descobriu que o bebê recém-nascido seria vendido pela mãe prostituta e também viciada em crack. A criança já foi adotada e mãe ainda trabalha com programas sexuais em outra cidade, embora negue envolvimento

com drogas.

– O juiz me taxou de omissa, mas não sou pobre e miserável como pensam. Já cuido de um neto e teria condições de zelar pela minha netinha. Em minhas mãos acredito que ela estaria bem, mas sou apenas uma contra um sistema – garante a avó.

Depois de ter perdido a guarda do filho ainda na gravidez por uso abusivo de drogas, uma costureira de 28 anos se trata contra o vício na esperança de estar perto da criança novamente. Mãe de outras quatro crianças, ela só pegou o bebê no colo em uma única ocasião autorizada pelo juiz Mário Maggioni.

O pequeno tem quatro meses. O pai não assumiu a guarda porque é casado com outra mulher. Desde então, a jovem não fuma crack e frequenta uma unidade de saúde semanalmente para provar que pode mudar e recuperar a confiança do Poder Judiciário. Por ser pobre, ela diz não ter condições de pagar por um advogado para ingressar com um processo, mas não perde as esperanças.

– Foi uma sensação muito ruim quando buscaram ele ao nascer. Sei que errei muito, usava drogas e bebia na gravidez, mas estou arrependida. Se tivesse como conquistar tudo de novo – desabafa a costureira.

OPINIÃO

Cuidem das crianças

MARIO GUILHERME SEBBEN*

Ninguém gosta de ser bandido, nem o bandido. Ninguém é feliz, sendo delinquente. Também, ninguém nasce bandido, ou vira bandido de repente, do dia para a noite, quando chega à idade adulta. O surgimento de um infrator é um processo, que se inicia muito cedo em sua vida, muitas vezes, antes mesmo do indivíduo nascer. São as circunstâncias da vida que levam um ser, que nasceu puro, a transformar-se em um agressor contumaz, a praticar ações violentas, como única forma de gerar seu sustento.

Por que duas crianças, de pais diferentes, que nascem no mesmo dia, na mesma maternidade, podem ser tão diferentes? Por que uma se transforma, quando adulta, em cidadão modelar enquanto a outra se transforma em delinquente?

A diferença está nos fatores de proteção, nos apoios que cada uma delas recebe quando das agressões que a vida lhes impõe. São muitas as adversidades da vida, e contar com proteção para enfrentá-las, especialmente quando ainda não temos vontade própria, é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. E quanto mais cedo o indivíduo sofre agressões, mais importantes são os apoios.

O que dizer da agressão psicológica sofrida por uma criança que vive em uma família desestruturada? Em um ambiente familiar desagregado? Sem amor? Qual o modelo de vida que ele aprenderá?

Louvável, portanto, o que estamos vendo acontecer em Farroupilha.

O juiz Mário Maggioni e a promotora de Justiça Cláudia Formolo Balbinot, associados aos funcionários da Casa Lar Oscar Bertholdo, provam que é possível fazer a rede de proteção existente na cidade funcionar de forma integrada, sem o receio de que uma malha desta rede invada a atribuição da malha seguinte. Também, mostram que é possível interpretar o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma mais pragmática e menos romântica. Na defesa do interesse futuro de crianças que ainda não têm voz, assumem para si a responsabilidade de prover-lhes um novo lar, tão fundamental para sua felicidade e sua formação como cidadãos.

Um exemplo a ser seguido.

*Ex-Presidente da Parceiros Voluntários e do Comitê Municipal do Programa de Prevenção da Violência de Caxias do Sul.

